

SUMÁRIO

SUMÁRIO DO MATERIAL SUPLEMENTAR	XLV
---------------------------------------	-----

PRIMEIRA PARTE PESSOAS JURÍDICAS E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

CAPÍTULO I PESSOAS JURÍDICAS E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1. Das pessoas jurídicas.....	3
1.1. Origem e noções preliminares.....	3
1.2. Classificação das pessoas jurídicas.....	4
1.2.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	4
1.2.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	6
1.3. Sociedades	8
1.3.1. Noções preliminares	8
1.3.2. Classificação das sociedades.....	9
1.4. Associações	10
1.4.1. Noções preliminares	10
1.4.2. Do direito de associação na Constituição	10
1.4.3. Início da existência.....	12
1.5. Distinção entre sociedades e associações	13
1.6. Das entidades de interesse social	14
1.7. Fundações.....	15
1.7.1. Noções preliminares	15
1.7.2. Características essenciais	15
1.8. Diferenças entre fundação e associação	16
1.9. Das organizações religiosas	17

1.9.1. Constituição Federal de 1988 e a liberdade religiosa	17
1.9.2. Natureza jurídica e posição constitucional	20
1.9.3. As organizações religiosas no âmbito do Código Civil.....	22
1.9.3.1. Da liberdade de criação, organização, estruturação interna e funcionamento das organizações religiosas	23
1.9.3.2. Do registro da organização religiosa e de sua administração.....	23
1.9.3.3. Dos sistemas organizacionais das organizações religiosas...	24
1.9.3.4. Do acordo Brasil-Vaticano.....	26
1.9.3.5. Os direitos da personalidade e as organizações religiosas ..	27
1.9.3.6. Da dissolução e da liquidação das organizações religiosas. Da possibilidade de restituição de contribuições ou “dízimos” prestados ao patrimônio da entidade religiosa	28
1.9.3.7. As organizações religiosas e a Lei n.º 13.019/2014	29
1.9.3.8. As organizações religiosas e a visão atual do Supremo Tribunal Federal com relação ao alcance da confessionalidade...	30
1.10. EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada	33
1.10.1. Natureza jurídica e previsão normativa.....	33
1.10.2. Características básicas.....	33
1.10.3. Nome empresarial.....	33
1.10.4. Vedação de participação societária em outra EIRELI	34
1.10.5. Transformação de outras espécies societárias em EIRELI	34
1.10.6. Possibilidade da EIRELI e os direitos autorais do único sócio	34
1.10.7. Da constituição da EIRELI e da participação de pessoas jurídicas.....	34
1.10.8. Regime tributário	35
1.11. Corporação	35
1.12. Confederações e Federações	35
1.12.1. Posição no âmbito do direito civil.....	36
1.12.2. Posição no âmbito do direito do trabalho.....	37
1.13. Consórcio	38
1.14. Consórcios públicos.....	39
1.15. Sindicato: posição legal e natureza jurídica.....	42
1.15.1. Posição constitucional e legal	42
1.16. Sociedades cooperativas	45
1.16.1. Origem e evolução legislativa	45
1.16.2. Da natureza jurídica das sociedades cooperativas	47
1.16.3. Forma de constituição da cooperativa	48
1.16.4. Cooperativas sociais.....	50
1.16.5. Cooperativas de trabalho	51
1.16.6. Cooperativas de crédito	52
1.16.7. O ato cooperativo.....	53

1.16.8. A Lei n.º 5.764/1971 e o Código Civil de 2002 (arts. 1.093, 1.094 e 1.095).....	56
1.16.9. Da responsabilidade dos sócios.....	58
1.16.10. As cooperativas e a Lei n.º 14.133/2021	59
1.16.11. As cooperativas e a Lei n.º 13.019/2014	60
1.16.12. Do sistema cooperativista brasileiro e de seus órgãos de apoio.....	61
1.17. Serviços sociais autônomos	61
1.17.1. Noções preliminares e natureza jurídica.....	61
1.17.2. Forma de criação, objetivos e entidades existentes	62
1.17.3. Recursos financeiros: a forma de controle.....	64
1.17.4. Da observância pelos serviços sociais dos princípios gerais que norteiam a administração pública: questões afetas à licitação e à admissão de pessoal.....	65
1.18. Agências reguladoras.....	67
1.19. Das organizações estrangeiras destinadas a fins de interesse coletivo e sua autorização para funcionamento no Brasil.....	69
1.19.1. Noções iniciais e regime jurídico	69
1.19.2. Forma de atuação da entidade estrangeira.....	70
1.19.3. Do procedimento para a autorização do governo brasileiro.....	71
1.19.3.1. Do exame da documentação e do deferimento ou indeferimento do pedido	74
1.19.4. Entidades proibidas de funcionar no Brasil.....	74
1.19.5. Organizações estrangeiras destinadas à intermediação de adoções internacionais de menores.....	75
1.19.5.1. Peculiaridades do procedimento de autorização	76

SEGUNDA PARTE

TERCEIRO SETOR, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR

CAPÍTULO II

TERCEIRO SETOR, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR

1. Terceiro Setor.....	79
1.1. Noções preliminares.....	79
1.2. Sociedade civil e Estado.....	81
1.2.1. Conceito de sociedade civil.....	81
1.2.2. O papel do Estado e suas crises.....	82
1.2.3. O Estado Democrático de Direito e o princípio da subsidiariedade...	83
1.3. Conceito de Terceiro Setor	84

1.4.	Origem, importância, abrangência e peculiaridades.....	86
1.5.	Da responsabilidade social.....	89
1.6.	Movimentos sociais e Terceiro Setor.....	90
2.	A influência da religião no Terceiro Setor.....	92
2.1.	Noção inicial.....	92
2.2.	A Igreja e o Protestantismo.....	92
2.3.	A tradição religiosa e o Terceiro Setor.....	94
3.	Atual situação do Terceiro Setor no Brasil.....	95
3.1.	Alterações legislativas apresentadas no âmbito do Terceiro Setor.....	97
3.2.	Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil: discussões do Grupo de Trabalho.....	98
3.2.1.	Da Lei n.º 13.019, de 31.07.2014.....	100
3.2.1.1.	Âmbito de aplicação da norma.....	101
3.2.1.2.	Destinatários da norma: Organizações da Sociedade Civil e Administração Pública.....	102
3.2.1.3.	Casos que a Lei n.º 13.019/2014 exclui de sua incidência ...	103
3.2.1.4.	Instrumentos de parcerias criados: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de colaboração.....	104
3.2.1.5.	Fundamentos, objetivos e diretrizes das parcerias.....	104
3.2.1.6.	Termo de colaboração e termo de fomento.....	106
3.2.1.6.1.	Considerações iniciais.....	106
3.2.1.6.2.	Definição, características e requisitos para celebração dos termos.....	107
3.2.1.6.3.	Plano de trabalho.....	111
3.2.1.6.4.	Chamamento público.....	112
3.2.1.7.	Acordo de cooperação.....	115
3.2.1.8.	Da execução das parcerias.....	115
3.2.1.9.	Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS... ..	117
3.2.1.10.	Prestação de contas.....	118
3.3.	Mapa das Organizações da Sociedade Civil.....	119
3.4.	Da Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011 – e sua aplicação às entidades privadas sem fins lucrativos.....	120
3.5.	Da Lei Anticorrupção – Lei n.º 12.846/2013 – e sua aplicação às entidades privadas sem fins lucrativos.....	122
3.6.	Do <i>compliance</i> no Terceiro Setor.....	124
3.6.1.	Etapas de um programa de <i>compliance</i>	128
3.6.2.	Gerenciamento de riscos corporativos.....	129
3.7.	A LGPD e sua aplicação às entidades do Terceiro Setor.....	130
3.7.1.	Conceitos, princípios da Lei federal n.º 13.709/2018 e os seus beneficiários diretos (titulares de dados pessoais).....	131
3.7.2.	Agentes de tratamento de dados pessoais: o controlador, o operador, o encarregado e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)...	133

3.7.3. Bases legais ou hipóteses de tratamento legítimo e lícito de dados pessoais.....	134
3.7.4. Passos para a implantação da LGPD nas organizações.....	134
3.8. A prescrição no Terceiro Setor.....	136
3.9. Redes e o Terceiro Setor.....	138
4. Economia social, economia solidária e economia popular.....	140
4.1. Noções iniciais.....	140
4.2. Economia social.....	140
4.3. Economia solidária.....	142
4.3.1. Características.....	142
4.3.2. Experiências da economia solidária na Europa.....	144
4.3.3. Experiências da economia solidária no Brasil.....	144
4.3.4. Redes de colaboração solidária.....	145
4.4. Economia popular.....	146

TERCEIRA PARTE ASSOCIAÇÕES

CAPÍTULO III ASSOCIAÇÕES

1. Formas de constituição e de aquisição de sua personalidade jurídica.....	149
1.1. Registro de pessoa jurídica de direito privado como forma de início de sua existência.....	150
1.1.1. Dos direitos adquiridos pelas pessoas jurídicas anteriormente ao seu registro (entidades jurídicas de fato).....	153
1.2. Roteiro para a constituição de uma associação sem fins lucrativos.....	154
2. Do estatuto da associação.....	155
2.1. Disposições estatutárias, obrigatórias e facultativas.....	155
2.1.1. Da denominação, sede, duração e fins da associação.....	156
2.1.2. Das atividades da associação.....	157
2.1.3. Das fontes de recursos.....	158
2.1.4. Da administração.....	158
2.1.5. Da diretoria.....	159
2.1.5.1. Das reuniões da diretoria. Das atas e da sua publicidade ...	160
2.1.5.2. Da impossibilidade do exercício de cargo de diretor por membro de conselho fiscal de outros conselhos ou órgãos auxiliares.....	160
2.1.6. Dos associados.....	160
2.1.6.1. Dos requisitos para admissão de associados.....	162

2.1.6.2.	Dos requisitos para a demissão, desligamento e exclusão dos associados.....	163
2.1.7.	Da Assembleia Geral	165
2.1.7.1.	Do Conselho Deliberativo.....	166
2.1.8.	Do Conselho Fiscal.....	167
2.1.9.	Do <i>quorum</i> das decisões dos órgãos coletivos e da decadência do direito de anular estas decisões	168
3.	Da dissolução da associação.....	169
3.1.	Da dissolução administrativa.....	170
3.2.	Da dissolução judicial.....	170
3.3.	Do destino do patrimônio remanescente depois de dissolvida a associação	171
3.4.	Da restituição das contribuições ao patrimônio.....	172
4.	Da liquidação extrajudicial de associações.....	173
5.	A proteção dos direitos da personalidade e sua aplicação às pessoas jurídicas.....	173
5.1.	A importância das pessoas jurídicas de direito privado.....	175
5.2.	Da aplicabilidade dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas	175
5.2.1.	Relação dos direitos da personalidade aplicáveis às pessoas jurídicas.....	176

QUARTA PARTE

FUNDAÇÕES

CAPÍTULO IV

FUNDAÇÕES

1.	Origens das fundações	187
1.1.	A posição do instituto fundacional na Grécia.....	188
1.2.	A posição do instituto fundacional em Roma	189
2.	Evolução histórica.....	190
2.1.	A presença no Direito francês.....	191
2.2.	A presença no Direito alemão	192
2.3.	A presença no Direito inglês.....	192
2.4.	O crescimento nos Estados Unidos e na Europa.....	193
2.4.1.	Legislação fundacional da Espanha	194
2.4.1.1.	Previsão constitucional	194
2.4.1.2.	Previsão legal – Lei n.º 50/2002.....	195
2.4.1.2.1.	Estrutura da Lei n.º 50/2002.....	196
2.4.1.2.2.	Novidades da Lei n.º 50/2002.....	197
2.4.1.3.	Regime fiscal: Lei n.º 49/2002.....	198
2.5.	A presença das fundações no Direito brasileiro: ordenações manuelina e afonsina	198
2.5.1.	A consolidação das normas vigentes no Brasil sobre fundações.....	199
3.	Conceito.....	201

3.1. A doutrina	201
4. Natureza jurídica	202
5. Classificação	203
5.1. Noções preliminares.....	203
5.2. Fundações instituídas pelo Poder Público.....	204
5.2.1. Noções introdutórias.....	204
5.2.2. Fundação pública instituída e mantida pelo Poder Público com personalidade jurídica de direito público – autarquia.....	206
5.2.3. Características essenciais	207
5.2.4. Fundação pública instituída pelo Poder Público com personalidade jurídica de direito privado.....	209
5.2.4.1. Noções introdutórias.....	209
5.2.4.2. Características essenciais.....	211
5.3. Controle das fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público.....	215
5.4. A fundação pública de natureza jurídica de direito privado e o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal de 05.10.1988.....	216
5.5. Do reconhecimento pelo STF da existência das fundações públicas e autárquicas e das fundações públicas de natureza jurídica de direito privado, além das fundações tipicamente privadas.....	218
5.6. Do regime jurídico das fundações públicas de natureza jurídica de direito privado.....	220
5.7. Da recepção do art. 5.º, IV, do Decreto-Lei n.º 200/1967 pela atual Constituição.....	222
5.8. Dos fins e das áreas de atuação da fundação pública de direito privado.....	223
5.9. Da edição de lei estadual regulamentando as áreas de atuação das fundações públicas de direito privado e autorizando o Poder Público estadual a instituir fundações públicas de direito privado.....	224
5.10. Do Projeto de Lei Complementar à Constituição – PLP n.º 92, de 12.07.2007.....	226
6. Tipos de fundação de direito privado.....	227
6.1. Fundação instituída por pessoas físicas ou jurídicas.....	227
6.2. Fundação instituída por empresa.....	228
6.2.1. Características gerais	228
6.2.2. Anomalias.....	231
6.3. Fundação instituída por partido político.....	232
6.3.1. Noções gerais sobre partido político	232
6.3.2. Características das fundações dos partidos políticos	233
6.3.3. Atuação do Ministério Público e da Justiça Eleitoral.....	235
6.3.3.1. Da adequação de institutos ou fundações de pesquisa e doutrinação e educação política de partidos políticos às normas do Código Civil de 2002.....	236
6.3.3.2. Da regulamentação no âmbito da Justiça Eleitoral das finanças, contabilidade e prestação de contas dos partidos políticos e das suas implicações nas fundações partidárias	237

6.3.3.3.	Da possibilidade de reversão de recurso da fundação para o partido político	241
6.3.3.4.	Possibilidade de remuneração dos dirigentes e de empregados no âmbito das fundações de partidos políticos	242
6.4.	Fundações de apoio às instituições de ensino superior.....	244
6.4.1.	Noções preliminares e natureza jurídica.....	244
6.4.2.	Posição legal	246
6.4.2.1.	As quatro grandes lições da Lei n.º 8.958/1994.....	249
6.4.2.2.	Da expressão “desenvolvimento institucional”: abrangência e definição.....	254
6.4.2.3.	Da aplicação dos princípios constitucionais da administração pública às fundações de apoio	258
6.4.2.4.	Da liberação ou do repasse pelo Ministério da Educação de recursos financeiros para as IFES no final do exercício financeiro	259
6.4.2.5.	Da desnecessidade da prestação de contas das fundações de apoio diretamente ao Tribunal de Contas da União	261
6.4.2.6.	Da participação de servidores das IFES e ICTS contratantes nas fundações de apoio e nas atividades previstas na Lei n.º 8.958/1994.....	262
6.4.2.7.	Da transparência e do acesso à informação das atividades das fundações de apoio	265
6.4.2.8.	Da execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos.....	266
6.4.2.9.	Da execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que não envolvam recursos públicos	266
6.4.2.10.	Obrigações que a fundação de apoio deve ter na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes, independentemente se forem utilizados ou não recursos públicos.....	267
6.4.2.11.	Da subcontratação pelas fundações de apoio de todo ou parte do objeto do ajuste firmado com as IFES ou ICTs	267
6.4.2.12.	Das relações entre Fundações de apoio e instituições apoiadas	268
6.4.2.13.	Convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação	269
6.4.2.14.	Da remuneração por meio de taxa de administração para os convênios firmados entre as fundações de apoio e as instituições federais de ensino superior	270
6.4.2.15.	Da desnecessidade do recolhimento à conta única do Tesouro Nacional das receitas oriundas de ações conjuntas das IFES com suas fundações de apoio cujos recursos sejam públicos	271
6.4.2.16.	Da vedação do repasse antecipado de recursos para o caso de contratos por caracterizar liquidação antecipada de despesas	271

6.4.2.17. Da contratação de fundação de apoio para a realização de concursos públicos e vestibulares.....	272
6.4.2.18. Da não aplicabilidade da Lei n.º 13.019/2014 às fundações de apoio.....	273
6.4.3. Das portarias interministeriais do MEC e do MCTI.....	274
6.4.4. Bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação	279
6.4.4.1. Conceito e origem histórica	279
6.4.4.2. Importância no desenvolvimento econômico e científico ...	279
6.4.4.3. Natureza jurídica das bolsas de ensino, pesquisa e extensão	280
6.4.5. Da possibilidade de as fundações de apoio realizarem gestão de fundos patrimoniais.....	282
6.4.6. Bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação no âmbito da Lei n.º 8.958/1994.....	282
6.4.6.1. Tipos de bolsas.....	284
6.4.6.2. Entidades que podem conceder bolsas	284
6.4.6.3. Da tributação das bolsas com relação ao imposto de renda.....	285
6.4.6.4. Da tributação das bolsas em relação às contribuições previdenciárias	286
6.5. Fundação de previdência privada ou complementar. Características gerais....	288
6.5.1. Atuação do Ministério Público, do Ministério da Economia e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.....	290
6.5.2. Da tributação no âmbito das entidades fechadas e previdência privada.....	292
6.6. Fundação comunitária.....	294
6.6.1. Noções introdutórias	294
6.6.2. Origem das fundações comunitárias.....	295
6.6.3. Características e conceito de fundações comunitárias	295
6.6.4. Áreas de atuação da fundação comunitária.....	296

CAPÍTULO V

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO E DE AQUISIÇÃO DE SUA PERSONALIDADE JURÍDICA

1. Noções introdutórias	299
2. Capacidade jurídica dos futuros instituidores	300
3. Capacidade das pessoas físicas ou jurídicas para instituir uma fundação.....	300
3.1. Pessoas físicas	300
3.2. Pessoas jurídicas	301
3.2.1. Da instituição de fundação por sociedade simples ou empresarial ...	302
3.2.2. Da instituição de fundação privada por sociedade de economia mista	302

3.3. Honorabilidade e idoneidade financeira.....	305
4. Formas e modalidades de constituição.....	306
4.1. Escritura pública.....	307
4.1.1. Retificação da escritura pública.....	308
4.1.2. Da ineficácia da escritura pública.....	309
4.1.3. Do local do registro da escritura de instituição.....	309
4.1.4. Da verificação da suficiência do patrimônio.....	311
4.2. Testamento.....	311
4.2.1. Da possibilidade de revogação.....	312
4.2.2. Da reversão dos bens aos herdeiros do fundador.....	312
5. A aquisição da personalidade jurídica: o Estatuto.....	313
5.1. Noções introdutórias.....	313
5.2. Natureza jurídica da inscrição do estatuto.....	313
5.3. Pessoas capazes de registrar o estatuto.....	314
5.4. Requisitos formais genéricos do registro.....	314
5.5. Requisitos formais específicos do registro.....	315
5.5.1. Da aprovação do estatuto pelo Ministério Público como condição prévia ao seu registro em cartório.....	315
5.5.2. Hipóteses de aprovação do estatuto pelo juiz – suprimento judicial..	316
5.5.2.1. Do suprimento judicial caso não haja concordância do ins- tituidor com as modificações apresentadas pelo Ministério Público.....	317
5.5.2.2. Do suprimento judicial da denegação de aprovação do estatuto pelo Ministério Público.....	317
5.5.2.3. Natureza e procedimento do suprimento judicial.....	317
5.5.3. Da administração provisória.....	319
5.6. Da advocacia: sua origem, posição constitucional e legal.....	319
5.6.1. A Lei n.º 8.906/1994 e o visto de advogado no estatuto das pessoas jurídicas como condição essencial ao seu registro em cartório.....	321
5.6.2. A Ordem dos Advogados do Brasil: necessidade de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e sua natureza jurídica de acordo com a jurisprudência do STF.....	323
5.7. Consequências da realização de atividades por fundação em processo de formação no direito comparado e no direito brasileiro.....	324

CAPÍTULO VI

DO ESTATUTO FUNDACIONAL

1. Noções gerais e definição.....	329
2. Disposições estatutárias obrigatórias e facultativas.....	331
2.1. Da denominação, sede e duração da fundação (art. 120 da LRP).....	331
2.2. Dos fins ou das finalidades da fundação (arts. 120, I, da LRP e 62 do CC)....	335

2.3. Das atividades da fundação.....	335
2.4. Do patrimônio	335
2.5. Da receita.....	336
2.6. Da administração (arts. 120, II, da LRP e 62 do CC).....	336
2.6.1. Do Conselho Curador, do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da representação judicial e extra-judicial (art. 120, II, da LRP).....	337
2.7. Das alterações estatutárias (arts. 120, III, da LRP e 67 e 68 do CC).....	338
2.8. Da extinção da fundação (arts. 69 do CC e 765 do CPC/2015).....	339
2.9. Do exercício financeiro e orçamentário.....	340
2.10. Da prestação de contas.....	340
2.11. Da responsabilidade civil e criminal (art. 120, IV, da LRP).....	341
2.12. Da estrutura organizacional e do funcionamento	341
2.13. Das disposições gerais e transitórias.....	341
2.14. Do velamento do Ministério Público (art. 66 e § 1.º do CC).....	341
3. Das modificações do estatuto.....	342
3.1. Considerações iniciais.....	342
3.2. Momento de sua concretização.....	342
3.2.1. Antes do registro do estatuto no cartório de pessoas jurídicas.....	342
3.2.2. Após o registro do estatuto no cartório de pessoas jurídicas.....	343
3.3. Conteúdo das modificações ao estatuto.....	343
3.4. Pressupostos ou requisitos da modificação estatutária	345

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO

1. Considerações iniciais	347
2. Bens livres	348
3. A dotação inicial.....	348
4. Da suficiência ou insuficiência dos bens da dotação inicial	350
5. Da revogação da dotação inicial.....	351
6. Fundo patrimonial e fundo de reserva técnica.....	353
6.1. Da criação dos dois fundos, forma e funcionamento.....	354
6.1.1. Valor do fundo patrimonial ou <i>endowments funds</i>	355
6.1.2. Da utilização do fundo patrimonial	355
6.2. Valor do fundo de reserva técnica ou reserva técnica.....	356
6.2.1. Da utilização da reserva técnica ou fundo de reserva técnica.....	356
7. Da alienação dos bens fundacionais	356
7.1. Da inalienabilidade dos bens vinculados às finalidades da fundação	357
7.2. Do procedimento a ser adotado em caso de alienação de bens	359
8. Do comodato de bens de fundação: situações e casos concretos.....	361

CAPÍTULO VIII

FINALIDADES DA FUNDAÇÃO

1.	Noções preliminares	365
2.	Da limitação dos fins fundacionais	367
2.1.	Do princípio da liberdade de associação aplicado às fundações	368
2.2.	Inaplicabilidade do parágrafo único do art. 62 do Código Civil às fundações existentes	369
2.3.	Da inaplicabilidade do parágrafo único do art. 62 do atual Código Civil às fundações a serem criadas	370
2.3.1.	Do significado do vocábulo “religiosos”	372
2.3.2.	Do significado da expressão “fins morais”	372
2.3.3.	Do significado da expressão “fins culturais”	373
2.3.4.	Do significado da expressão “fins assistenciais”	374
2.3.5.	Da aplicação extensiva do parágrafo único do art. 62 do Código Civil	375
3.	Da alteração dos fins	376
4.	Do desvio de finalidade	378
5.	Desenvolvimento de atividades comerciais e industriais	379

CAPÍTULO IX

ÓRGÃOS DA FUNDAÇÃO

1.	Considerações preliminares	383
2.	Características básicas: importância, autonomia, estrutura, gestão	384
3.	Mandato. Membros natos. Investidura	386
4.	Do Exercício gratuito das funções e da remuneração de seus dirigentes	388
4.1.	Cautelas e requisitos a serem adotados para possibilitar a remuneração dos dirigentes	389
5.	Conselho Curador	390
5.1.	Das atas do Conselho Curador	392
5.2.	Do voto do presidente do Conselho	393
5.3.	Das incompatibilidades ou impedimentos para integrar o Conselho Curador como membro ou presidente de pessoas que exercem cargos públicos. Situações dos Reitores, Magistrados e Membros do Ministério Público Brasileiro	393
6.	Conselho Fiscal	399
7.	Conselho administrativo ou diretoria executiva	400
7.1.	Poder de representação e de gestão	400
7.2.	Das atas e da sua publicidade	401
7.3.	Da impossibilidade do exercício de cargo de diretor por membro dos Conselhos Curador e Fiscal	401

7.4. Das atribuições da Diretoria Executiva.....	402
8. Órgãos auxiliares	403

CAPÍTULO X

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

1. Noções introdutórias	405
2. Causas de extinção.....	406
2.1. Ilícitude de seu objeto	406
2.2. Finalidade (fim) impossível ou inútil	406
2.3. Impossibilidade de sua manutenção.....	407
2.4. Vencimento do prazo de sua existência.....	408
3. Formas de extinção.....	408
3.1. Legitimação ativa	408
3.2. Extinção administrativa.....	408
3.2.1. Da lavratura da escritura pública de extinção no cartório de notas..	409
3.2.2. Da averbação da escritura pública de extinção no cartório de pes-	409
soas jurídicas.....	409
3.2.2.1. Exigências que devem ser feitas pelo oficial do cartório	410
3.3. Extinção judicial	410
3.3.1. Do inquérito civil público.....	411
3.3.2. Da ação civil de extinção.....	411
4. Do destino dos bens em caso de extinção	414
4.1. Da previsão do destino dos bens na escritura pública ou no estatuto.....	414
4.2. Da incorporação do patrimônio a outras fundações que se proponham a	415
fins iguais ou semelhantes.....	415
4.3. Da devolução do patrimônio da fundação extinta à Fazenda Pública	416
5. Da liquidação ou apuração do patrimônio.....	416
5.1. O procedimento de concurso universal de credores na etapa de liquidação	419
e ordem de pagamento dos credores.....	419
5.2. Das consequências do registro de extinção da fundação	421

QUINTA PARTE

FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES

CAPÍTULO XI

FORMA DE ATUAÇÃO DAS

FUNDAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES

1. A gestão no Terceiro Setor e a importância da missão e das finalidades.....	425
2. Princípios legais e éticos de atuação	427

3. O exercício, pelas fundações e associações, de atividades comerciais ou industriais	429
3.1. Da obtenção derivada pela cobrança dos serviços prestados.....	430
4. A autocontratação	430
5. Da Responsabilidade dos Administradores.....	431
5.1. Noções introdutórias e conceito de responsabilidade.....	431
5.2. Da responsabilidade civil	432
5.2.1. Da responsabilidade civil do administrador	432
5.2.2. Da responsabilidade contratual e extracontratual das pessoas jurídicas de direito privado.....	434
5.2.3. Da responsabilidade subjetiva, objetiva e solidária	434
5.2.4. Da aplicação do princípio da responsabilidade no âmbito das fundações e associações.....	436
5.3. Da responsabilidade dos administradores quando da desconsideração da personalidade jurídica.....	437
5.3.1. Da desconsideração da personalidade jurídica de uma fundação ou associação.....	438
5.4. Do ato regular de gestão.....	441
6. Da concessão do benefício da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas.....	441
6.1. Previsão constitucional.....	441
6.2. Lei n.º 1.060, de 05.02.1950	442
6.3. Lei n.º 13.105, de 2015 – Código de Processo Civil.....	443
7. Da ação civil pública e sua utilização pelas associações e fundações.....	443
8. Modificação de estrutura de entidades por meio de fusão, incorporação, cisão e transformação.....	446
8.1. Noções iniciais e históricas.....	446
8.2. Da transformação	447
8.3. Da incorporação.....	448
8.4. Da fusão	449
8.5. Da cisão	450
8.5.1. Da cisão parcial.....	451
8.5.2. Da realização de cisão no âmbito do Terceiro Setor em face da Lei n.º 12.101, de 2009	452
9. A Lei de Falências e de Recuperação de Empresas e sua aplicação às associações e fundações	454
9.1. Introdução	454
9.2. Os institutos da falência, da insolvência e suas diferenças.....	455
9.3. Associações civis e fundações e aplicação da Lei n.º 11.101/2005.....	456
9.4. Das razões para que o mesmo tratamento dispensado pelo legislador às empresas seja dado a associações e fundações	458
9.5. Dos meios econômicos e da aplicação extensiva da Lei n.º 11.101/2005 às associações e fundações	458

CAPÍTULO XII

FUNCIONAMENTO INTERNO DAS FUNDAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES: PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, RELAÇÕES DE TRABALHO E CONTABILIDADE

1.	A gestão no Terceiro Setor e sua importância estratégica	461
2.	Planejamento	463
2.1.	Planejamento estratégico.....	463
2.2.	Planejamento orçamentário.....	464
2.2.1.	Avaliação de impacto social.....	466
3.	Dos aspectos trabalhistas e das relações de trabalho (remunerada e não remunerada) no âmbito das fundações, associações e entidades de interesse social e da prestação de serviços às entidades de assistência social por estrangeiro	467
3.1.	Introdução	467
3.1.1.	Perfil atual das fundações privadas e associações sem fins lucrativos segundo o IBGE.....	468
3.1.1.1.	Primeiras pesquisas realizadas: período de 1996 a 2002 e de 2003 a 2005	468
3.1.1.2.	Terceira pesquisa realizada: período de 2006 a 2010.....	471
3.1.1.3.	Quarta pesquisa realizada: período de 2010 a 2016	475
3.2.	Do trabalho remunerado, do contrato de trabalho e da relação de emprego.....	477
3.2.1.	Dos procedimentos para a admissão de empregados	478
3.2.2.	Das principais formas de contratação remunerada com vínculo de emprego	478
3.2.2.1.	Contrato de trabalho intermitente	478
3.2.2.2.	Contrato de experiência.....	480
3.2.2.3.	Contrato por prazo indeterminado	481
3.2.2.4.	Contrato por prazo determinado	481
3.2.2.5.	Contrato de aprendizagem	481
3.2.2.6.	Contrato de trabalho por tempo parcial.....	482
3.2.3.	Das principais formas de contratação remunerada sem formação de vínculo empregatício.....	483
3.2.3.1.	Trabalhadores temporários.....	483
3.2.3.2.	Estagiários.....	483
3.2.3.3.	Trabalhadores autônomos.....	485
3.3.	Do trabalho não remunerado: o serviço voluntário.....	486
3.3.1.	Lei n.º 9.608, de 18.02.1998: marco legal do serviço voluntário	487
3.3.2.	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e sindicais da pessoa jurídica sem fins lucrativos.....	492
3.4.	Da prestação de serviços a entidades de assistência social por estrangeiro ...	493
3.4.1.	Da condição jurídica do estrangeiro, da forma de ingresso e dos direitos no território brasileiro	493

3.4.2.	Da concessão de visto a estrangeiros que venham ao Brasil para prática de atividades religiosas e para prestar serviço voluntário	494
3.4.2.1.	Concessão de visto temporário para prática de atividades religiosas	494
3.4.2.2.	Concessão de visto temporário para prestação de serviço voluntário.....	495
4.	Da remuneração de dirigentes de fundações e entidades de interesse social.....	496
4.1.	Noções introdutórias.....	496
4.2.	Organizações Sociais (OS) – Lei n.º 9.637/1998.....	497
4.3.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei n.º 9.790/1999.....	498
4.4.	Remuneração dos dirigentes das OSs e OSCIPs – Lei n.º 10.637/2002.....	499
4.5.	Remuneração dos dirigentes de entidades imunes – Leis n.º 12.868/2013 e n.º 13.151/2015.....	500
4.6.	Remuneração dos dirigentes de entidades imunes e isentas – Lei n.º 13.204/2015.....	502
4.7.	Remuneração dos dirigentes de entidades isentas do Sistema Nacional do Desporto	504
4.8.	Limites à remuneração dos dirigentes de entidades imunes e isentas.....	505
5.	Assembleias de associações e cooperativas e reuniões de Conselho Curador e de Diretoria de fundações: procedimentos adotados para sua realização na forma digital ou remota	506
5.1.	Lei n.º 14.010, de 10 de junho de 2020, e Lei n.º 14.030, de 28 de julho de 2020.....	507
5.2.	Forma de realização das assembleias e reuniões: convocação, instalação e registro da ata.....	510
6.	Dos pagamentos diferentes: diárias e ajudas de custo e participação nos lucros ou resultados	512
6.1.	Diárias e ajudas de custo.....	512
6.2.	Participação nos lucros ou resultados.....	512
7.	Do tratamento especial das entidades sem fins lucrativos no campo processual a partir da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017)	514
7.1.	Depósitos recursais das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos na Justiça do Trabalho.....	514
7.2.	Garantia da execução para fins de embargos sobre a decisão judicial.....	515
8.	Sistema contábil das entidades sem fins lucrativos.....	515
8.1.	Introdução	515
8.2.	Mudança no padrão contábil.....	517
8.2.1.	Algumas alterações na Lei n.º 6.404/1976, introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009.....	517
8.3.	Aplicação dos princípios de contabilidade.....	518
8.4.	Contas: origem, função, importância e classificação.....	519
8.4.1.	Ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo	520
8.4.2.	Ativo não circulante – imobilizado e intangível.....	521

8.4.2.1. Correção monetária.....	522
8.4.2.2. Depreciação e amortização.....	522
8.4.3. Passivo exigível	523
8.4.4. Patrimônio líquido	523
8.5. Demonstrações financeiras a serem adotadas.....	525
8.5.1. Balanço patrimonial	525
8.5.2. Demonstração do resultado do período.....	526
8.5.3. Demonstração de fluxos de caixa.....	528
8.5.4. Notas explicativas	528
8.6. Balanço social.....	530
8.6.1. Aplicação do balanço social e do balanço socioambiental nas entidades de interesse social.....	532
8.7. Da Resolução n.º 1.409, de 21.09.2012, do Conselho Federal de Contabilidade, que revogou as Resoluções n.º 837, de 22.02.1999, e n.º 877, de 20.04.2000.....	533
8.7.1. Do reconhecimento das transações.....	534
8.7.2. Das demonstrações contábeis.....	535
8.8. Plano de contas.....	535
8.9. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.....	536
8.9.1. Da necessidade do registro em cartório do livro Diário Contábil	539

CAPÍTULO XIII

DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL E NO VELAMENTO DAS FUNDAÇÕES

1. Origens e posição atual da instituição Ministério Público	541
2. Da atribuição legal de acompanhar as atividades das entidades de interesse social.....	543
2.1. Noções preliminares.....	543
2.2. Da atuação por intermédio de Promotorias de Justiça especializadas.....	544
2.2.1. Critérios para prestação de contas das entidades de interesse social: Portaria n.º 1, de 10 de abril de 2018, da PJFEIS do MPDFT	549
2.2.2. Dos atos jurídicos praticados pelos órgãos do Ministério Público.....	553
2.2.3. Papel e legitimação do Ministério Público na apuração de irregularidades em associações sem fins lucrativos por meio do inquérito civil público	554
2.2.3.1. Da promoção pelo Ministério Público do inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e para a defesa dos interesses indisponíveis	556
2.2.3.2. Da legitimidade do Ministério Público para apurar, mediante inquérito civil público, as irregularidades nas associações.....	557
2.3. Da efetivação do controle finalístico, por meio de inspeções <i>in loco</i>	559
3. Da função institucional de velar pelas fundações	561

3.1. Noções introdutórias.....	561
3.2. Do alcance da expressão velar	563
3.3. Do velamento do Ministério Público em relação às fundações que estendam suas atividades a mais de um Estado ou ao Distrito Federal.....	565
3.3.1. Atividades exercidas de forma permanente ou eventual.....	566
3.3.2. Do aproveitamento da prestação de contas prestada em outra unidade da federação.....	567
3.4. Dos aspectos abrangidos pelo velamento das fundações de direito privado exercido pelo Ministério Público	568
3.4.1. Da normatização da atuação no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público	571
3.4.2. Do Promotor de Justiça/Curador de Fundação agindo em nome da entidade fundacional – <i>legitimatío ad causam</i> extraordinária	571
3.4.3. Definição de atribuição de Promotorias de Justiça de Fundações: Resolução n.º 090, de 14.09.2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	573
3.4.4. Critérios para prestação de contas das fundações: Portaria n.º 1, de 23.02.2021, da PJFEIS do MPDFT.....	574
3.4.4.1. Prestação de contas e prescrição	578
3.5. Dos meios jurídicos à disposição do Ministério Público no exercício do velamento.....	578
3.5.1. Dos atos extrajudiciais praticados pelo órgão do Ministério Público...	580
3.5.2. Dos atos judiciais praticados pelo órgão do Ministério Público.....	582
3.6. Da atuação conjunta e uniforme do Ministério Público brasileiro na fiscalização, acompanhamento e velamento das fundações e entidades de interesse social.....	585
3.6.1. Da realização de ações afirmativas para a proteção do patrimônio, dos serviços e do atendimento aos beneficiários das fundações e entidades de interesse social.....	589
4. O Código Civil e o velamento das fundações no âmbito do Distrito Federal.....	590
4.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.794-8/DF.....	594

CAPÍTULO XIV

PARCERIAS, QUALIFICAÇÕES, TÍTULOS, CERTIFICADOS, CONTRATOS E CONVÊNIO CONCEDIDOS E/OU PACTUADOS PELO PODER PÚBLICO

1. Serviço Público.....	597
2. Regimes de Parceria: execução indireta de serviços públicos.....	598
3. Organizações sociais.....	600
3.1. Conceito e noções gerais.....	600
3.2. Características básicas	602
3.3. Contrato de gestão.....	603
3.4. Da desqualificação	604

3.5. Das inconstitucionalidades arguidas na ADI n.º 1.923-5 com relação à Lei n.º 9.637/1998.....	604
3.5.1. Do julgamento da liminar na ADI n.º 1.923-5 pelo Supremo Tribunal Federal.....	608
3.5.2. Julgamento do mérito da ADI n.º 1.923-5.....	610
3.5.3. Pontos em destaque no acórdão da ADI n.º 1.923-5.....	618
3.5.3.1. Possibilidade da atuação dos particulares nos serviços públicos sociais.....	618
3.5.3.2. Concretização de atividade de fomento público às ações dos particulares no campo dos serviços sociais trazendo mais eficiência com os programas de ação institucional.....	618
3.5.3.3. Qualificação de entidade privada como “Organização Social” e forma de credenciamento em que todos os interessados possam contribuir para a realização de interesses comuns.....	619
3.5.3.4. Necessidade da observância de critérios objetivos para a aprovação da qualificação de entidade com organização social (conveniência e oportunidade).....	619
3.5.3.5. Natureza convencional do contrato de gestão.....	620
3.5.3.6. Necessidade da existência de um procedimento público impessoal e objetivo para a escolha da entidade para celebrar o contrato de gestão.....	620
3.5.3.7. As dispensas de licitação tanto na celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais como no caso da destinação a elas de bens públicos deverão ser realizadas por contratação direta com observância dos critérios objetivos, impessoais e públicos.....	621
3.5.3.8. Inexigência do dever de licitar para as organizações sociais em suas contratações com terceiros.....	621
3.5.3.9. Inaplicabilidade do concurso público aos empregados das organizações sociais.....	621
3.5.3.10. Plena possibilidade de atuação de ofício por parte do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público na aplicação de verbas públicas.....	622
3.5.3.11. Preservação da liberdade de associação.....	622
3.5.4. Da inclusão dos programas desenvolvidos por organizações entre as instituições que podem acessar recursos do FNDCT.....	622
3.5.5. Da não aplicação da Lei n.º 8.666/1993 e, atualmente, da Lei n.º 14.133/2021 para a celebração pelo Poder Público do contrato de gestão que trata a Lei n.º 9.637/1998.....	622
3.5.6. Da observância dos princípios constitucionais da publicidade, moralidade, impessoalidade para as contratações realizadas pelas organizações sociais.....	624
3.5.7. Da necessidade de edição pelas organizações sociais de regulamento próprio para suas contratações.....	625

3.6.	A experiência da Associação das Pioneiras Sociais no contrato de gestão, sua criação e natureza jurídica.....	626
3.6.1.	Do contrato de gestão na Lei n.º 8.246/1991.....	627
3.6.2.	A implantação e o resultado alcançado pelo modelo de gestão.....	629
3.6.3.	Objetivos gerais estratégicos da APS no âmbito do contrato de gestão.....	632
4.	Organizações da sociedade civil de interesse público – Oscip. Lei n.º 9.790, de 23.03.1999, “marco legal do Terceiro Setor”.....	635
4.1.	Entidades que podem se qualificar como Oscip.....	636
4.2.	Entidades que não podem se qualificar como Oscip.....	637
4.3.	Áreas de atuação em que se permite a qualificação.....	637
4.3.1.	Forma de execução das atividades contidas nas finalidades da Oscips.....	639
4.4.	Educação e saúde.....	640
4.5.	Microcrédito.....	641
4.5.1.	O microcrédito no Brasil.....	642
4.5.2.	Experiências estaduais e municipais.....	643
4.6.	Do estatuto da Oscip.....	644
4.6.1.	Noções gerais.....	644
4.6.2.	Das normas ou disposições estatutárias obrigatórias.....	645
4.6.2.1.	Da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.....	645
4.6.2.2.	Das demais disposições estatutárias obrigatórias constantes dos incisos II a VII do art. 4.º da Lei n.º 9.790/1999.....	650
4.7.	Do pedido de qualificação como Oscip.....	656
4.7.1.	Da tramitação do requerimento.....	658
4.7.2.	Da perda da qualificação.....	660
4.8.	Do termo de parceria.....	662
4.8.1.	Da escolha da Oscip para celebrar termo de parceria com a administração pública.....	664
4.8.2.	Das cláusulas do termo de parceria.....	666
4.8.3.	Dos mecanismos de fiscalização de prestação de contas do termo de parceria.....	669
4.8.4.	Incentivos fiscais.....	669
4.8.5.	Da renovação da qualificação de Oscip.....	670
4.9.	Dos títulos e certificados públicos na nova lei.....	671
5.	Título de Utilidade Pública.....	672
5.1.	Noções introdutórias e definição.....	672
5.2.	Regras para a concessão do título: benefícios e obrigações.....	673
5.3.	Requisitos para obtenção do título de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal.....	674
6.	Certificado de entidade beneficente de assistência social.....	676
6.1.	Noções gerais e aspectos históricos.....	676

6.2.	Conceito de filantropia	678
6.3.	O novo marco legal que rege a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a fruição da “isenção” (imunidade) das contribuições para a seguridade social.....	681
6.3.1.	A legislação pretérita.....	681
6.3.2.	Projetos de Lei e Medida Provisória que deram origem à Lei n.º 12.101/2009	688
6.3.2.1.	O Projeto de Lei n.º 3.021/2008.....	688
6.3.2.2.	O PLS n.º 462/2008.....	690
6.3.2.3.	A MP n.º 446/2008.....	691
6.3.3.	A Lei n.º 12.101/2009	695
6.3.3.1.	Noções iniciais.....	695
6.3.3.2.	Dos requisitos para que as pessoas jurídicas de direito privado (associativas ou fundacionais) sejam reconhecidas como beneficentes de assistência social, para os fins da Lei n.º 12.101/2009	696
6.3.3.3.	Dos requisitos para que as entidades beneficentes certificadas na forma exigida pela Lei n.º 12.101/2009 façam jus à isenção/imunidade do pagamento das contribuições sociais.....	697
6.3.3.3.1.	Reflexões a respeito da inconstitucionalidade da fixação de requisitos que não constem de lei complementar	699
6.3.3.4.	Obrigações a serem atendidas em cada uma das áreas de atuação das entidades: saúde, educação e assistência social.....	710
6.3.3.4.1.	Área de saúde.....	711
6.3.3.4.2.	Área de educação	717
6.3.3.4.2.1.	Noções iniciais.....	717
6.3.3.4.2.2.	Bolsas de estudos: critérios.....	723
6.3.3.4.2.3.	Das entidades que prestam serviços integralmente gratuitos.....	731
6.3.3.4.3.	Área de assistência social	731
6.3.3.4.3.1.	Noções iniciais.....	731
6.4.	Da definição de entidades e organizações de assistência social segundo a LOAS e as deliberações do CNAS.....	736
6.4.1.	Entidades de atendimento.....	737
6.4.2.	Entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos.....	738
6.4.3.	Da promoção da integração ao mercado de trabalho	739
6.5.	Do certificado de entidade beneficente de assistência social concedido por adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos.....	740
6.6.	Considerações finais sobre o novo marco legal – Leis n.º 12.101/2009 e n.º 12.868/2013	741
6.7.	Do Certificado de Fins Filantrópicos no Distrito Federal.....	742

6.8. Do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e da inscrição das entidades no CAS/DF.....	742
--	-----

CAPÍTULO XV

DAS ATIVIDADES DE FOMENTO DO TERCEIRO SETOR E DOS INCENTIVOS À CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA AS FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1. Noções introdutórias	745
2. Transferências de recursos: correntes, de capital, legais ou voluntárias	746
3. Captação de recursos e elaboração de projetos	748
4. A criação de <i>endowments</i> ou fundos patrimoniais como uma estrutura voltada para a sustentabilidade de instituições Públicas e Privadas.....	749
4.1. Noções iniciais e conceito	749
4.2. Características principais	750
4.3. Aspectos importantes.....	751
4.4. Dos fundos patrimoniais – Lei n.º 13.800/2019.....	753
5. Doação e patrocínio	754
6. Incentivos fiscais na área cultural	755
6.1. Vedações	756
6.2. Comprovação das doações ou patrocínios.....	756
6.3. Percentuais de dedução e cálculo do incentivo fiscal.....	756
7. Incentivos fiscais à atividade audiovisual	759
8. Incentivos fiscais a atividades desportivas e paradesportivas – Lei n.º 11.438, de 29.12.2006.....	760
9. Incentivo Fiscal para as instituições que se dedicam à prevenção e ao combate ao câncer e à atenção à saúde das pessoas com deficiência – Lei N.º 12.715, de 17.09.2012	761
9.1. Do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON.....	761
9.2. Do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD	762
9.3. Forma, valor e limites das doações e patrocínios	762
10. Incentivo fiscal às doações para as Instituições de Ensino e Pesquisa.....	763
11. Incentivo fiscal às doações para Entidades Cívis que prestam serviços gratuitos..	764
12. Transferências orçamentárias: subvenções e auxílios	764
13. Contratos e convênios	765
13.1. Noções introdutórias.....	765
13.2. Contratos.....	766
13.3. Convênios administrativos.....	768
13.3.1. Disciplina constitucional, previsão legal e infralegal	769
13.3.2. A Instrução Normativa n.º 1, de 15.01.1997, da Secretaria do Tesouro Nacional IN/STN n.º 1/1997	770

13.3.3. Convênios firmados entre a Administração Pública e as entidades de direito privado. Requisitos para aplicação de recursos públicos...	771
13.3.4. Decreto n.º 6.170, de 25.07.2007.....	772
13.3.5. Do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SIN-CONV e do Portal dos Convênios	775
14. Doações por meio de fatura telefônica.....	776

CAPÍTULO XVI

DO REGIME TRIBUTÁRIO DAS FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1. Noções introdutórias	779
2. Imunidade	780
2.1. Aspectos do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal	781
2.1.1. Imunidade como regra de delimitação da competência tributária ...	781
2.1.2. Destinatários da norma imunizante.....	781
2.1.2.1. Do significado da palavra “instituição” no texto constitucional.....	781
2.1.2.2. Das instituições de educação.....	783
2.1.2.3. Das instituições de assistência social.....	784
2.1.2.4. Das instituições ou entidades sem fins lucrativos	786
2.1.2.5. Do atendimento aos requisitos da lei	786
2.2. Da não distribuição de parcela do patrimônio ou rendas, da aplicação integral no País dos recursos na manutenção de objetivos das entidades e da escrituração de receitas (incisos I, II e III do art. 14 do CTN).....	789
2.2.1. Das aplicações financeiras no exterior.....	791
2.2.2. Da realização do objetivo estatutário fora do território nacional.....	794
2.3. Abrangência da imunidade: finalidades essenciais.....	796
2.4. Abrangência da imunidade: universo dos beneficiários. Fundações de previdência privada e fundações públicas	800
2.5. Aspectos gerais da imunidade recíproca do art. 150, inciso VI, alínea “a”, e dos seus §§ 2.º e 3.º, todos da Constituição Federal.....	802
2.5.1. Da aplicação da imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, às empresas públicas e às de economia mista quando prestadoras de serviços <i>stricto sensu</i>	804
2.6. Relação dos impostos abrangidos pela imunidade.....	807
2.6.1. Do reconhecimento pelo STF da repercussão geral na discussão sobre a aplicabilidade da imunidade tributária ao Imposto de Importação e da caracterização de atividade filantrópica executada à luz de preceitos religiosos (RE n.º 630.790/SP).....	809
2.6.2. Do reconhecimento pelo STF de repercussão geral na discussão da imunidade das operações de circulação de mercadorias. ICMS por parte de entidades de assistência fechada: Caixa de Assistência de Grupo Profissional (advogados).....	811

3. Isenção.....	812
3.1. Classificação e natureza das isenções tributárias	813
4. Relação dos impostos e contribuições abrangidos pela imunidade e/ou isenção....	815
4.1. Impostos.....	815
4.1.1. Sobre o patrimônio.....	815
4.1.2. Sobre a renda – IR.....	819
4.1.3. Sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços.....	820
4.2. Contribuições	826
4.2.1. Contribuição patronal para o INSS.....	826
4.2.2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	827
4.2.3. Contribuição para o PIS/PASEP	828
4.2.4. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)	829
4.2.5. Contribuição para o salário-educação	829
4.2.6. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	829
5. Isenção de preços públicos ou tarifas.....	830
6. Emissão de notas fiscais.....	831
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	837
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	857